

Redução de verbas afeta a segurança

O ano de 1992 foi muito difícil para a Secretaria de Segurança Pública. “Tivemos que fazer um esforço titânico para continuar nossa tarefa nas seis áreas básicas: policiamentos judiciário e preventivo, socorro e combate a incêndio, trânsito, defesa civil e sistema penitenciário”, afirma o secretário João Brochado. Este ano, a situação não deve ser diferente. “Estamos aguardando o Orçamento do Governo federal, que certamente será asfixiante”, acrescenta. Todas as dificuldades são consequência do “colapso das finanças federais”, que sustentam a educação, a segurança e a saúde no Distrito Federal, lembra o secretário.

Com dinheiro curto, a Secretaria de Segurança Pública não pôde desenvolver, em toda sua plenitude, o Plano de Expansão do Organismo de Segurança Pública (Peosp), elaborado por João Brochado. Esse plano prevê que “o organismo teria que ficar em expansão até o ano 2002, com efetivos e equipamentos adequados”.

Impulso — João Brochado lembra que teve a oportunidade de influir na elaboração do Orçamento de 1991, conseguindo que se fizesse alguns remanejamentos, por causa de seu trabalho como coordenador do governo de transição no final do ano anterior. “Em princípio, recebemos recursos importantes para cumprir o que está previsto no plano”, afirma o secretário.

Naquele ano, foram adquiridos cem car-

F. GUALBERTO



ros para a Polícia Civil, equipamentos para o transporte de presos da penitenciária e terminada a construção da 28ª DP (Samambaia). Para a PM, foram compradas 50 kombis. O Corpo de Bombeiros também teve um grande impulso. “Em 53 anos, foi a primeira vez que houve a aquisição de equipamentos pesados, caríssimos, para o combate a incêndios”, diz João Brochado.

Sobrevivência — O ano passado começou com “problemas orçamentários sérios”, depois que a secretaria viveu o primeiro colapso nos recursos. “A modernização não se faz somente com carros novos. A estrutura toda tem que ser modernizada”, salienta o secretário.

Além da falta de dinheiro — “tivemos que solicitar verbas para sobrevivência” —, o secretário ressalta que a crise também se abateu sobre a população, pressionando o índice de criminalidade. Com um efetivo de

13 mil 500 homens, a PM necessita de mais mil 500 desde o ano passado, para criação do Batalhão de Trânsito. Precisa ainda, de 2 mil 500 para “ajustes no efetivo”. Ao todo, a Polícia Militar tem que atingir um efetivo de 17 mil 500 elementos este ano, para funcionar a contento.

Drama — “O aumento de efetivo é um passo estrutural para expansão da força. Sem efetivo não podemos fazer nada”, avisa João Brochado. Ele revela que na Polícia Civil o drama é maior. “No governo Collor os pedidos de aumento do efetivo eram engavetados”, explica. Com um contingente atual de apenas 2 mil 500 homens, precisa-se atingir pelo menos seis mil. O pedido já está no Congresso Nacional. Com 17 delegacias, o DF necessita de mais cinco para atingir a marca ideal de uma DP para cada grupo de 75 mil habitantes. “Quero ver se construo essas delegacias neste ano”, planeja o secretário.



O combate ao crime, segundo o secretário João Brochado, exige a incorporação de novos contingentes de policiais e a ampliação e modernização dos equipamentos